
Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul

Les Abrolhos : enjeux pour la préservation et le développement durable dans la zone abritant la plus grande biodiversité marine de l'Atlantique Sud

Abrolhos: retos para la conservación y el desarrollo sostenible en el área de mayor biodiversidad marina el Atlántico sur

Guilherme Fraga Dutra, Eduardo Camargo, Carlos Alberto Pinto dos Santos and Paula Ceotto

**Electronic version**

URL: <http://journals.openedition.org/factsreports/2310>

ISSN: 1867-8521

Publisher

Institut Veolia

Electronic reference

Guilherme Fraga Dutra, Eduardo Camargo, Carlos Alberto Pinto dos Santos and Paula Ceotto, « Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul », *Field Actions Science Reports* [Online], Special Issue 3 | 2011, Online since 15 December 2012, connection on 20 April 2019. URL : <http://journals.openedition.org/factsreports/2310>

Abrolhos: desafios para a conservação e o desenvolvimento sustentável na área com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Guilherme Fraga Dutra¹, Eduardo Camargo², Carlos Alberto Pinto dos Santos³ e Paula Ceotto⁴

¹Diretor do Programa Marinho, Conservação Internacional. Rua Buenos Aires, 68, 26º andar, 20070-022, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. g.dutra@conservation.org.br

²Gerente do Programa Marinho, Conservação Internacional. Rua das Palmeiras, 451, 45900-000, Caravelas, BA, Brasil. e.camargo@conservation.org.br

³Vice-Presidente da Associação Mãe dos Extrativistas da RESEX Canavieiras. Praça Coronel Armindo de Castro, 09, 45860-000, Canavieiras, Bahia, Brasil. carlosapema@yahoo.com.br

⁴Gerente de Parcerias Corporativas, Conservação Internacional. Rua Buenos Aires, 68, 26º andar, 20070-022, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. p.ceotto@conservation.org.br

Resumo. A Região dos Abrolhos, que se estende entre o sul do estado da Bahia e norte do Espírito Santo, abriga a maior biodiversidade marinha conhecida em todo o Atlântico Sul. As duas principais atividades econômicas da região são a pesca e o turismo, ambas claramente dependentes do meio ambiente. Nesse contexto, os aspectos ambientais, sociais e econômicos são indissociáveis e devem ser a base de políticas de desenvolvimento sustentável para a região. O presente artigo resgata algumas experiências que buscam aliar a conservação e o desenvolvimento sustentável em Abrolhos. Destacam-se a criação de áreas protegidas, principalmente o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, em 1983, e as Reservas Extrativistas Marinhas Corumbau e Canavieiras, em 2000 e 2006, respectivamente; a experiência bem sucedida de uso sustentado dos recursos pesqueiros na RESEX do Corumbau, através inclusive da implementação de áreas de exclusão de pesca; e as conquistas sociais para a população da RESEX Canavieiras, fomentadas pelo estabelecimento de uma rede de organizações comunitárias. Mas a Região dos Abrolhos ainda enfrenta grandes ameaças, das quais a principal é a sobrepesca. Por isso, para fortalecer as ações de conservação na região, as iniciativas futuras de trabalho incluem, entre outras, uma grande ampliação na rede de áreas marinhas protegidas e a criação de um Fundo de Conservação Marinha para dar continuidade às ações em curso.

Palavras-Chave. Abrolhos, Canavieiras, Corumbau, Conservação da Biodiversidade, Áreas Protegidas Marinhas, Sobrepesca, Gestão de recursos pesqueiros.

1. Introdução

A Região dos Abrolhos, localizada entre o sul do estado da Bahia e norte do Espírito Santo (Figura 1), abriga a maior biodiversidade marinha conhecida em todo o Atlântico Sul (Werner *et al.* 2000, Dutra *et al.* 2005). As formações recifais da região são as maiores do Brasil e apresentam estruturas únicas, com destaque para os chapeirões – grandes recifes em forma de cogumelos – que chegam a 25 metros de altura e 50 metros de diâmetro (Leão *et al.* 2003). Apresenta também a maior concentração de baleias-jubarte da costa brasileira, que entre julho e novembro procuram a região para abrigo e amamentação de filhotes (Andriolo *et al.* 2010 e Martins *et al.* 2001).

Abrolhos possui também importância significativa para a pesca, abrigando populações relativamente grandes de espécies de elevado valor comercial como badejos, garoupas, vermelhos, lagostas, camarões e caranguejos. As figuras 2 a 5 ilustram alguns dos grupos biológicos e paisagens características da região. Estima-se que cerca de 20.000 pescadores utilizam os recursos naturais da região como principal forma de sustento. A atividade é predominantemente artesanal, realizada com embarcações de pequeno e médio porte. Nos últimos anos, entretanto, um número crescente de embarcações de maior porte e de pesca industrial tem se deslocado para a região, aumentando a pressão sobre as espécies e competindo com a pesca artesanal.



Figura 1. Mapa das Áreas Protegidas da Região dos Abrolhos.



Figura 2. Chapéirão: formação recifal única dos Abrolhos (créditos da foto: Guilherme Dutra)

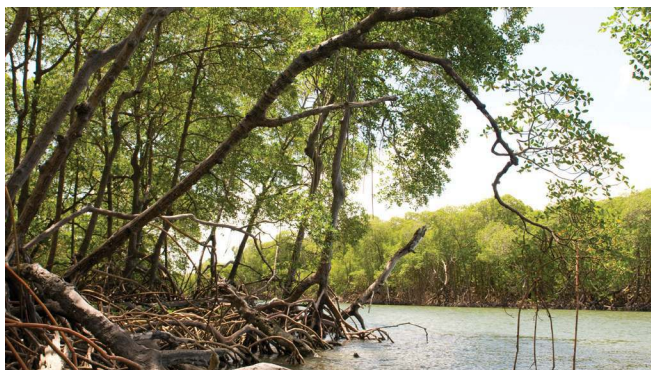


Figura 3. Manguezais do Cassurubá, Caravelas - Bahia (créditos da foto: Sterling Zumbunn)



Figura 4: Atobás: aves marinhas no Arquipélago dos Abrolhos. (Créditos da foto: Sterling Zumbunn.)



Figura 5. Vida marinha no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (créditos da foto: Guilherme Dutra)

O turismo é outra atividade econômica importante, envolvendo cerca de 80.000 pessoas na porção baiana dos Abrolhos. Os turistas que chegam à região vêm, principalmente, em busca de seus atrativos naturais, seja pela beleza das praias, dos recifes, dos manguezais ou dos remanescentes da Mata Atlântica (PRODETUR NE II 2003). Assim como na pesca o meio-ambiente é fundamental para a geração de emprego e renda nesta atividade.

Neste contexto, os aspectos ambientais, sociais e econômicos são indissociáveis e devem ser a base de políticas de desenvolvimento sustentável para a região. No presente artigo, faremos o resgate de algumas experiências que buscam aliar a conservação e o desenvolvimento sustentável em Abrolhos, bem como discutiremos propostas visando amplificar estas experiências para toda a região.

2. Iniciativas de conservação e desenvolvimento sustentável em Abrolhos

2.1 O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos como atrator de desenvolvimento regional

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, criado em 1983 foi o primeiro parque nacional marinho criado no Brasil. O

grande número de aves marinhas e a grande biodiversidade de peixes e formações coralíneas, como os chapeirões que só existem na região, foram decisivos para a criação do Parque (IBAMA-FUNATURA 1991). A partir de 1988, com a implantação da unidade e o desenvolvimento de atividades de pesquisa, identificou-se que a região é a principal área de criação e reprodução da baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*) na costa brasileira, que visitam a região anualmente entre os meses de julho e novembro (Martins *et al.* 2001).

A criação do parque nacional e a divulgação de suas belezas pela mídia nacional atraíram um número significativo de visitantes. A partir de 1987 empresas de turismo iniciaram suas atividades na região. Em 1998 existiam pelo menos 6 operadoras de turismo que levavam turistas para desfrutar as belezas naturais do Arquipélago dos Abrolhos, principalmente as que estão embaixo d'água. Entre 1988 e 1997 o número de visitantes no parque aumentou de 870 para 15.230 visitantes por ano (Morete *et al.* 2000). Este incremento movimentou bastante a economia regional, tornando o turismo a segunda atividade econômica em importância na região.

Inicialmente a temporada preferida dos visitantes era entre os meses de janeiro a março, quando as condições meteorológicas favorecem a visibilidade para as atividades subaquáticas. Com a recuperação da população de baleias, que quase foram extintas pela caça comercial, os visitantes passaram a preferir a temporada reprodutiva da espécie, entre julho e novembro (Brumati *et al.* 2003). As baleias-jubarte passaram a ser um importante atrativo turístico na região, gerando uma média de R\$ 106,71/dia/turista e representando uma importante fonte de renda para os municípios costeiros (Brumatti 2008).

Porém a atividade de turismo na região sofreu significativa queda na última década. Atualmente o número de visitantes é de cerca de 4 mil turistas por ano, em sua maioria mergulhadores, que passaram a se concentrar na temporada das baleias. A falta de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento do turismo na região acarretou a queda nas visitas. Entre as principais causas estão: a falta de investimento no acesso à região - que teve seu aeroporto desativado em 2007, linhas de ônibus pouco eficazes, falta de propaganda dos produtos oferecidos, entre outros. Outro fator bastante questionado pelos empresários da região é a insegurança para investimentos no setor, uma vez que não existe garantia de exploração do turismo no Parque, já que o órgão gestor (ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) ainda não implantou o plano de uso público, que prevê um edital de concessão dos serviços de visitação - prometido há mais de 10 anos.

A experiência do Parque dos Abrolhos mostra que existe um grande potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza na região, que não está sendo utilizado devido à falta de políticas e investimentos voltados ao setor. Uma atuação conjunta do governo, do setor privado e da sociedade civil é necessária para planejar uma utilização mais plena deste grande potencial, gerando benefícios econômicos e sociais que podem se reverter em importantes ganhos ambientais.

2.2 Ganhos ambientais de uma gestão pesqueira aprimorada

Na década de 1990 o aumento do esforço de captura causou a redução da produção pesqueira nos bancos camaroneiros em várias localidades na região. Muitas embarcações passaram a concentrar seus esforços na região do Corumbau, uma pequena vila de pescadores situada entre os municípios do Prado e de Porto Seguro. A comunidade local - em sua maioria pertencente à etnia Pataxó - revoltou-se com o que chamavam de “*invasão dos barcos de fora*” - e buscou meios para proteger as áreas onde pescavam tradicionalmente. Por indicação do juiz da comarca local, procuraram o Ibama para a criação de uma Reserva Extrativista Marinha - RESEX. O órgão governamental convidou então a Conservação Internacional - CI a participar e apoiar tecnicamente o processo de criação da unidade de conservação (Moura *et al.* 2009).

Após dois anos de estudos e reuniões com os pescadores locais para a discussão de limites e das regras de uso dos recursos naturais foi criada em 2000 a RESEX Corumbau, abrangendo uma área de 89.525 hectares onde cerca de 260 famílias têm a pesca como seu principal sustento (Moura *et al.* 2007). Com a criação da RESEX, os pescadores locais passaram a ter direitos exclusivos de uso destas áreas, onde os “*barcos de fora*” foram proibidos de atuar. Os pescadores também tornaram-se responsáveis pelo manejo sustentável da reserva extrativista através da participação, juntamente com representantes governamentais e ONGs, em seu conselho deliberativo, o qual é responsável pelo estabelecimento de regras para o uso dos recursos naturais da reserva. Discussões sobre o manejo da RESEX, que vinham ocorrendo desde o início do processo de criação da unidade, foram regulamentadas através de um Plano de Uso aprovado pelo recém criado conselho gestor da RESEX. Entre as regulamentações propostas, encontram-se iniciativas inovadoras, como o estabelecimento de áreas de exclusão de pesca no interior da reserva.

A principal área sem pesca estabelecida na RESEX, localizada em sua maior formação recifal - os Recifes Itacolomis, que cobrem cerca de 20% da área total de recifes (1.050 hectares) - passou a ser monitorada por um esforço conjunto de pesquisadores da CI, universidades e comunidades locais. Após cinco anos foi possível observar que algumas espécies de grande valor comercial, como o badejo (*Mycteroperca bonaci*), tiveram significativo aumento de sua abundância não só na área fechada, mas também nas proximidades de seus limites (Moura *et al.* 2007, Francini-Filho & Moura 2008). Esse exemplo reforçou as expectativas de que é possível aliar conservação e gestão pesqueira, com benefícios para ambos os setores.

Entretanto, embora a pesca na RESEX Corumbau esteja aparentemente estável desde sua criação, e o pescado seja proveniente de um local sem qualquer tipo de contaminação e extraído utilizando técnicas artesanais com impactos reduzidos para o ambiente marinho, as comunidades locais encontram grandes dificuldades para sua comercialização, devido à precariedade logística para seu escoamento, falta de infra-estrutura, etc. Mudar este quadro, fazendo com que os investimentos na conservação destas áreas gerem retorno

econômico para as comunidades da RESEX, é um desafio importante para a sustentabilidade deste modelo de produção.

2.3 Benefícios sociais resultantes de uma boa organização social

A Reserva Extrativista de Canavieiras criada em 05 de junho de 2006, localizada ao norte da Região dos Abrolhos, tem uma área de 100.600 hectares, composta por extensas áreas de manguezais, ilhas costeiras, rios e ambientes marinhos. A RESEX teve um processo de criação e implantação marcado por conflitos, tendo de um lado os extrativistas, predominantemente pescadores artesanais que lutam para manter seus territórios tradicionais de uso, moradia e sustento; e de outro, seguimentos políticos e econômicos como carcinicultores, empresários, especuladores de terra e políticos interessados nesses territórios para a implantação de projetos de criação de camarão e especulação imobiliária.

Esse contexto conflituoso, marcado por ameaças de morte, intimidações e violações de direitos humanos, fortaleceu a articulação social dos pescadores e pescadoras artesanais que se uniram pela criação da RESEX. Estas comunidades avançaram no fortalecimento e união de suas associações e colônias para defender seu território de uso tradicional da invasão de outros seguimentos que os impediriam de exercer suas atividades. Estava em risco a sustentabilidade ambiental, econômica e social de cerca de 1400 famílias da população tradicional, que têm no uso dos recursos naturais dos manguezais, rios e do mar a sua principal fonte de sustento.

O processo de criação da unidade fomentou e fortaleceu 11 organizações comunitárias, que passaram a ser capitaneadas pela Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras – AMEX. Com o apoio de movimentos sociais, ONGS e empresas, a AMEX tem viabilizado conquistas sociais para as comunidades, como a construção de 160 moradias para os pescadores em suas comunidades de origem¹, a aquisição de uma embarcação para transporte escolar de estudantes, a elaboração de um diagnóstico socioeconômico², a implementação de um projeto de monitoramento pesqueiro³, entre outros. Ações como essas demonstraram a grande efetividade da articulação social por parte das populações tradicionais beneficiárias da RESEX.

A organização social local aliada a uma estratégia de integração com outros espaços de articulação estadual, nacional e internacional vem fazendo com que a mobilização dos pescadores da RESEX Canavieiras influencie a criação e implementação de políticas públicas. A organização social faz de Canavieiras um dos processos de co-gestão costeira mais fortes e ativos do país, possibilitando a replicação deste modelo de atuação conjunta e solidária em outras reservas extrativistas.

1 Financiadas pelo Projeto Habitação de Interesse Social – Governo Federal e Governo da Bahia.

2 Através do Projeto Envolver, realizado em parceria com a Conservação Internacional, Pangea, ICMBio e associações locais, com o apoio da InvestTur (empresa do setor de turismo, atualmente incorporada pela Brasil Hospitality Group).

3 Realizado pela Conservação Internacional em parceria com a Eco-mar e Universidade Estadual de Maringá, com o apoio do Ministério da Pesca e Aquicultura.

3. Perspectivas para um futuro com sustentabilidade

Apesar das experiências positivas citadas acima, a Região dos Abrolhos ainda enfrenta grandes ameaças. A sobrepesca é talvez a mais visível delas, com número crescente de embarcações de outras regiões pescando em Abrolhos, que ainda concentra populações relativamente grandes de pescado com bom valor de mercado. Ações humanas em áreas mais distantes também afetam a região, seja pelo desmatamento de encostas nas bacias hidrográficas que provocam um maior carreamento de sedimentos pelos rios que desembocam na região e prejudicam os recifes, ou pelos efeitos das mudanças climáticas – especialmente os que acarretam mudanças na temperatura das águas afetando diretamente a vida marinha.

O desenvolvimento de outros vetores econômicos de forma não planejada, como a exploração de óleo e gás, a carcinicultura, o turismo costeiro ou o crescimento urbano sobre áreas de manguezais e restingas, são também ameaças crescentes para a região. Um grande esforço de ordenamento destas atividades faz-se necessário e é parte das soluções aqui propostas.

3.1 Ampliação da Rede de Áreas Marinhas Protegidas em Abrolhos

Ao contrário da porção continental do país, onde predomina a propriedade privada das terras, os ambientes marinhos são de domínio público. Isso requer sistemas de governança diferenciados para o ordenamento destas áreas. Um dos instrumentos legais mais eficazes para a gestão sustentável desta porção do território é a Lei 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A referida lei dispõe de várias categorias de uso dos recursos naturais, divididas em dois grupos principais: unidades de proteção integral – onde apenas o uso indireto dos recursos é permitido (por meio de atividades como o turismo contemplativo, a educação ambiental ou pesquisas científicas); e unidades de uso sustentável, onde o uso dos recursos naturais é permitido mediante normas específicas.

O modelo de gestão sustentável que a CI e parceiros estão propondo para a Região dos Abrolhos fundamenta-se na criação de uma Rede de Áreas Marinhas Protegidas composta por Unidades de Conservação de diferentes categorias, que variam das mais restritivas - como Parques Nacionais e Reservas Biológicas, a áreas de usos múltiplos - como as Reservas Extrativistas e as Áreas de Proteção Ambiental. Cada unidade é gerida por um órgão ambiental que pode ser federal ou estadual (órgãos municipais não têm competência sobre as áreas marinhas) e possui um conselho gestor, composto por representantes das comunidades locais, da sociedade civil, do setor privado e dos governos. A integração destes esforços se dará em um coletivo mais amplo, denominado Conselho de Mosaico – também previsto na referida lei.

Com o propósito de gerar subsídios para este sistema de gestão territorial e ampliá-lo para toda a região, a CI em parceria com um conjunto de universidades brasileiras, organizações não-governamentais e órgãos governamentais, iniciou em 2005 um grande esforço de pesquisa e geração de

conhecimento através do programa de Ciência para o Manejo de Áreas Marinhas Protegidas, com o apoio da Fundação Gordon and Betty Moore. Durante cinco anos, dados sobre o meio físico, os ecossistemas e as espécies marinhas, e sobre os aspectos sociais, econômicos e culturais das comunidades e setores econômicos que utilizam os recursos naturais da região, foram colhidos e sistematizados.

Em 2010, por meio de uma cooperação técnica estabelecida entre o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela gestão das unidades de conservação federais) e a CI, os dados reunidos foram analisados conjuntamente utilizando-se o programa MARXAN – uma ferramenta de Planejamento Sistemático para Conservação desenvolvida para objetivos semelhantes (Game & Grantham 2008). Foram então gerados cenários onde os custos e os benefícios do uso e da conservação das áreas marinhas são explicitados⁴.

Com base nestes estudos está sendo proposta pelo Ministério do Meio Ambiente e ICMBio uma grande ampliação na rede de áreas marinhas protegidas da região, que inclui a ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável na porção costeira, a criação de uma área específica para a proteção das baleias-jubarte e a criação de uma grande unidade de conservação de uso múltiplo para o ordenamento de atividades na escala regional. Este processo, liderado pelo Governo Federal passa agora por etapas de discussão com vários setores interessados da sociedade.

3.2 Monitoramento Pesqueiro, Manejo Adaptativo e Certificação de Pescarias

A gestão sustentável da pesca é um dos maiores desafios para a conservação de ambientes marinhos em todo o mundo. O estabelecimento de áreas marinhas protegidas é um passo importante neste sentido, mas medidas complementares de manejo são também necessárias. Para isso é fundamental o conhecimento da dinâmica da atividade, o que é realizado através de programas de monitoramento pesqueiro. Desde a criação da RESEX Corumbau em 2000, a CI e parceiros iniciaram atividades localizadas de monitoramento, que foram sendo aos poucos ampliadas por meio de novos projetos.

Em 2009, o recém criado Ministério da Pesca e Aquicultura criou o Programa Nacional de Monitoramento Pesqueiro e decidiu implementar em Abrolhos um projeto-piloto para desenvolvimento de metodologias para obtenção de dados mais precisos sobre a pesca artesanal (bastante subestimada em monitoramentos anteriores). Aproveitou para isso a experiência e o conhecimento local das ONGs CI e Ecomar, além do apoio técnico da Universidade Estadual de Maringá. Este projeto, além do objetivo básico de reunir dados confiáveis sobre a pesca em 22 localidades da região, propõe-se também a realizar comparações da situação das pescarias em áreas com manejo específico (Reservas Extrativistas) e áreas não manejadas. O projeto objetiva ainda fortalecer a gestão participativa da pesca, estimulando o envolvimento e compro-

⁴ Estas etapas contaram com o apoio da Waitt Family Foundation, do International Conservation Fund of Canada e da Fondation Veolia Environnement.

metimento das comunidades locais.

O monitoramento é um passo decisivo para o conhecimento da situação dos estoques pesqueiros e para o planejamento de seu uso sustentável. Este conhecimento tornará possível um melhor ordenamento da atividade, com regras específicas para a pesca das principais espécies e a determinação de níveis sustentáveis de exploração. A efetividade da normatização aplicada poderá ser novamente aferida pelo programa de monitoramento e novas adaptações realizadas – é o chamado “Manejo Adaptativo”. Este é mais um passo fundamental no uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Uma vez demonstrada a sustentabilidade no uso destes recursos, será possível avançar em processos de certificação destas pescarias, atestando a qualidade e o respeito ambiental na obtenção dos produtos. Isso abrirá as portas da comercialização para novos mercados, agregando valor às pescarias certificadas, com benefícios econômicos diretos para os pescadores e a criação de um sistema de incentivos aos mecanismos de gestão sustentável. A CI e parceiros locais, com o apoio da Fondation Veolia Environnement e do FUNBIO, estão investindo intensivamente na implementação de um projeto demonstrativo da viabilidade deste modelo e esperam resultados concretos nos próximos anos.

3.3 O papel da iniciativa privada na proteção dos Abrolhos

Além dos esforços governamentais, da sociedade civil e da academia, a iniciativa privada também tem papéis fundamentais na busca da sustentabilidade nos Abrolhos. Ações positivas deste setor voltadas à conservação e ao uso sustentável da região podem ser realizadas de duas formas principais: atuação direta, por meio do desenvolvimento de práticas e negócios que privilegiem a sustentabilidade; ou atuação indireta, por meio do apoio ao trabalho de organizações não-governamentais que atuam nestas frentes.

Entre as empresas que realizam ações diretas, podemos destacar as operadoras de turismo náutico e mergulho, que estruturaram seus negócios com base na beleza cênica e na biodiversidade da região. Neste caso deve haver uma relação estreita entre a efetividade das ações de conservação e o sucesso da operação de turismo, já que um ambiente marinho saudável é o principal atrativo para o desenvolvimento da atividade. O reconhecimento de que Abrolhos é uma área com características muito especiais na costa brasileira, é também uma premissa importante para que empresas de áreas distintas, que atuam ou pretendam atuar na região, adêquem ou evitem operações danosas nas áreas sensíveis da região. Um exemplo claro ocorre com a exploração de óleo e gás, para a qual foram realizadas simulações de vazamentos de óleo e estimado seu possível impacto nos diferentes ambientes da região (Marchioro *et al.* 2005). Como os recifes e os manguezais são os ambientes mais sensíveis à atividade, uma zona de exclusão foi proposta e tem sido mantida pelo governo e respeitada pelas empresas do setor.

O apoio a ações de conservação lideradas pelas ONGs – atuação indireta - vem crescendo na região, devido à maior visibilidade e reconhecimento da importância dos Abrolhos para a conservação marinha no Brasil e no mundo.

Organizações como o Instituto Baleia Jubarte ou a Ecomar que tem atuação na região, são apoiados por empresas que tradicionalmente patrocinam ações de conservação nos ambientes marinhos, como a Petrobras. A CI conta com uma gama variada de apoiadores representados por empresas e fundações que estão cada vez mais cientes de sua responsabilidade socioambiental. Podemos destacar aqui o comprometimento de fundações como Gordon and Betty Moore, Fondation Veolia Environnement, Waitt Family Foundation ou International Conservation Fund of Canada, bem como de empresas que tem investido diretamente neste suporte, como Alpargatas/Havaianas, Brasil Hospitality Group, Agencia Africa e The Graces. Cabe um destaque especial também para indivíduos que tem apoiado pessoalmente as atividades de conservação, como os empresários Marcos de Moraes e Daniel Cohen, ou a família Oliveira. Estes atores tornaram possíveis grandes avanços na proteção dos Abrolhos nos últimos anos.

Buscando alcançar sustentabilidade financeira de longo prazo um Fundo de Conservação Marinha está sendo planejado e estruturado pela CI e Fundação SOS Mata Atlântica para dar continuidade às principais ações de conservação e desenvolvimento sustentável na região. Esse fundo tem uma meta de captação de US\$ 10 milhões para tornar-se viável e atender aos objetivos propostos. A implementação deste mecanismo é mais um importante passo a ser dado na conservação desta região única e certamente contará com apoio significativo da iniciativa privada, garantindo um futuro mais sustentável para os Abrolhos.

4. Agradecimentos

Agradecemos a Marcos de Moraes, Cláudia Oliveira, Daniel Cohen, Tammy Crown, Alpargatas/Havaianas, Fondation Veolia Environnement, Waitt Family Foundation, The Graces, International Conservation Fund of Canada, Gordon and Betty Moore Foundation, Pew Fellows para a Conservação Marinha, Ministério da Pesca e Aquicultura, FUNBIO, ICMBio e Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety do Governo Alemão, pelo apoio às atividades de conservação na Região dos Abrolhos.

5. Referências Bibliográficas

Andriolo, A., Kinas, P.G., Engel, M.H., Martins, C.C.A. & Rufino, A.M. 2010. Humpback whale population estimates and distribution along the Brazilian breeding ground. *Endangered Species Research*, 11: 233-243.

Brumatti, P. N. M., Martins, C. C. de A., & Morete, M.E. 2003. O Turismo para Observação de Baleias: uma alternativa para o desenvolvimento do ecoturismo no Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Sul da Bahia. In: 7º ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO BASE LOCAL. Ilhéus, BA.

Brumatti, P.N.B. 2008. Análise das Potencialidades do Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Observação de Baleias, Whale Watching, na Costa da Bahia, Brasil (190pp). Mestrado de Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

Dutra, G.F., G. Allen, T. Werner, & McKenna, S.A., Eds. 2005. A Rapid Marine Biodiversity Assessment of the

Abrolhos Bank, Bahia, Brazil. RAP Bulletin of Biological Assessment 38 (155 pp). Conservation International, Washington, DC.

Francini-Filho, R. & Moura, R. 2008. Evidence for spillover of reef fishes from a no-take marine reserve: An evaluation using the before-after control-impact approach. *Fisheries Research* 93: 346-356.

Game, E. T. & Grantham, H. S. 2008. Marxan User Manual: For Marxan version 1.8.10. University of Queensland, St. Lucia, Queensland, Australia, and Pacific Marine Analysis and Research Association, Vancouver, British Columbia, Canada.

IBAMA-FUNATURA. 1991. Plano de Manejo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. Versão aprovada na reunião do Conselho Nacional de Unidades de Conservação, em 10 de outubro de 1990, em Brasília, na sede do IBAMA. Brasília, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis/Fundação Pró-Natureza. 96 Pp.

Leão, Z.M.A.N., Kikuchi, R.K.P. & Testa V. 2003. Corals and coral reefs of Brazil. In *Latin America Coral Reefs*, Corte's J (ed.). Elsevier Science: Amsterdam; 9–52.

Marchioro, G.B., Nunes, M.A., Dutra, G.F., Moura, R.L. & Pereira, P.G.P. 2005. Avaliação dos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos no Banco dos Abrolhos e adjacências. *Megadiversidade* 1: 225–310.

Martins, C.C.A., M.E. Morete, M.H. Engel, A.C. Freitas, E.R. Secchi & P.G. Kinas. 2001. Aspects of habitat use patterns of humpback whales in the Abrolhos Bank, Brazil, breeding ground. *Memoirs of the Queensland Museum*, 47: 563-570.

Morete, M. E., Freitas, A. C., Engel, M. H. And Glock, L. 2000. Tourism characterization and preliminary analyses of whale watching on humpback whales (*Megaptera novaeangliae*) around Abrolhos Archipelago, Southeastern Bahia, Brazil. In: INTERNATIONAL WHALING COMMISSION, 52º Meeting, SC/52/WW6.

Moura, R.L.; Dutra, G.F.; Francini-Filho, R.B.; Minte-Vera, C.V.; Curado, I.B.; Guimarães, F.J.; Oliveira, R.F. & Alves, D.C. 2007. Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, Bahia. In: *Áreas Aquáticas como instrumento de gestão pesqueira*, p 179-192, MMA/SBF, Brasília.

Moura, R.L., Minte-Vera, C.V., Curado, I.B., Francini-Filho, R.B., Rodrigues, H.C.L., Dutra, G.F., Alves, D.C. & Souto, F.J. 2009. Challenges and Prospects of Fisheries Co-Management under a Marine Extractive Reserve Framework in Northeastern Brazil. *Coastal Management*, 37:617–632.

PRODETUR NE II. 2003. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Costa das Baleias. Fundação Getúlio Vargas/ HVS International/ Governo do Estado da Bahia. São Paulo.

Werner, T., Pinto, L.P., Dutra, G.F. & Pereira, P.G. do P. 2000. Abrolhos 2000: Conserving the Southern Atlantic's Richest Coastal Biodiversity into the Next Century. *Coastal Management*, 28: 99-108.